Não serão permitidos o porte e o uso de celulares, computadores e outros equipamentos eletrônicos, conforme disposto no item 13.10 do Edital, os quais serão recolhidos no momento do credenciamento.

Após o credenciamento, os candidatos a serem arguidos aguardarão em sala reservada e não poderão consultar e ter acesso a qualquer equipamento eletrônico. Fica autorizado ao candidato a utilização na sala reservada apenas de material impresso, como livros, anotações, códigos e/ou legislação para estudo, antes da arguição. Salientamos também que esse material impresso não poderá ser utilizado durante a arguição da Prova Oral. O único material de consulta durante a prova será o *Vade Mecum* fornecido pelo TJMMG**.**

Não será permitida a ausência da sala sem consentimento prévio e desacompanhado de um fiscal ou sem a fiscalização da Comissão de Apoio Administrativo do Concurso.

A Prova Oral será realizada em Sessão Pública e transmitida ao vivo no Auditório do TJMMG. Eventual público externo que queira acompanhar as arguições orais não poderá portar celulares, gravadores, computadores e outros equipamentos eletrônicos, sob pena de ser retirado do recinto.

Todos os atos presenciais que vão acontecer entre os dias 03/09/2023 a 08/09/2023 serão realizados na sede do TJMMG, localizada na Rua Tomaz Gonzaga, n. 686, Lourdes, Belo Horizonte.

Ressalte-se que a ausência ao sorteio de ponto implicará eliminação do certame, conforme disposto no subitem 16.6.1 do Edital.

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA CIVIL DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL N. 1/2022 – DJME DE 04/07/2022

PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

O DESEMBARGADOR RÚBIO PAULINO COELHO, presidente da Comissão do Concurso em epígrafe, nos termos do subitem 16.4.1 do Edital n. 1/2022, torna público o programa específico da prova oral.

PONTO 01

DIREITO PENAL MILITAR

Teoria da norma penal. Lei penal: fontes, características, interpretação, integração, vigência e aplicação. A lei penal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas. Conflito aparente de normas. Aplicação subsidiária do Título I da Parte Geral do Código Penal brasileiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Controle da constitucionalidade: lineamentos gerais e modalidades. Controle da constitucionalidade no âmbito da Constituição do Estado de Minas Gerais. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Mandado de injunção. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Recurso extraordinário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime Jurídico Administrativo – A Administração Pública. Princípios do Direito Administrativo. Atos administrativos próprios e impróprios das funções legislativas, executivas e judiciárias.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Fontes e princípios do Direito Processual Penal. Sistemas processuais. Disposições processuais penais da Constituição da República Federativa do Brasil.

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

DIREITOS HUMANOS:
- Evolução histórica dos direitos humanos. Fontes e fundamentos dos direitos humanos. Classificação e dimensões dos direitos humanos.
- Sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Tratados internacionais de direitos humanos e integração ao ordenamento jurídico interno. Direitos humanos e direitos fundamentais. Proteção dos direitos humanos fundamentais.

- Princípios constitucionais nas relações internacionais e soberania do Estado.
- Estrutura normativa do sistema global de proteção internacional dos direitos humanos.
- Direitos humanos fundamentais em espécie: direito à vida, à dignidade, à intimidade e à vida privada, à liberdade, à liberdade de expressão, à liberdade de pensamento, à liberdade de locomoção, à liberdade de reunião, à moradia, a não discriminação, à segurança pública, à inviolabilidade do domicílio e das comunicações, à democracia. A efetiva proteção de tais direitos.
- Direitos humanos fundamentais do preso, do investigado, do processado e do condenado. Sistema de proteção e monitoramento de tais direitos.
- Direitos humanos fundamentais das mulheres, dos negros (pretos e pardos), dos índios, das pessoas em razão de sua opção de gênero e sistema de proteção. Sistema de proteção de tais direitos.
- O impacto jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos no Direito interno brasileiro.
- O sistema contencioso envolvendo o Estado brasileiro e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Normas fundamentais do processo civil e sua aplicação. Tutela provisória. Disposições gerais. Tutela de urgência e tutela de evidência. Provas: disposições gerais; produção antecipada da prova; ata notarial; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; força probante os documentos; arguição de falsidade; produção da prova documental; documentos eletrônicos; prova testemunhal; admissibilidade e valor da prova testemunhal; produção da prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial. Ação civil pública. Mandado de segurança.

PONTO 02

DIREITO PENAL MILITAR

Teoria do crime: conceito de crime, evolução histórica e principais sistemas. Bem jurídico. Dano e perigo. Teoria da conduta. Condutas comissivas e omissivas. Teoria do tipo penal. Classificações. Tipos dolosos e culposos. Relação de causalidade. Imputação objetiva. Erro de tipo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Preâmbulo da Constituição. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos humanos. Tratados internacionais de direitos humanos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Poderes administrativos: poder de polícia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

A polícia judiciária militar. O inquérito policial militar. Inquérito para os crimes dolosos contra a vida de civil. Investigação feita pelo Ministério Público. Elementos de informação.

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

FILOSOFIA DO DIREITO:
- O conceito de Justiça. Sentido lato de justiça como valor universal. Sentido estrito de justiça como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.
- O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. Teorias diferenciadoras. Julgamento moral e o Direito. Filosofia do Direito na contemporaneidade.
- Escolas e modelos teóricos do Direito: jusnaturalismo, escola da exegese, escola da livre investigação científica e escola do Direito livre, escola histórica do Direito, pandectismo. Jurisprudência dos conceitos, jurisprudência dos interesses e jurisprudência dos valores. Juspositivismo e Positivismo cientifico. Positivismo analítico, realismo jurídico. Teorias críticas do Direito. Teoria tridimensional do Direito, teoria egológica do Direito. Pós-positivismo.
- A hermenêutica e interpretação do Direito. Conceitos básicos. Modos de integração jurídica. Espécies de interpretação. Filosofia da linguagem. Crise da hermenêutica jurídico-filosófica.
- Nova hermenêutica constitucional. Princípios e métodos da interpretação constitucional. Conflito entre normas constitucionais. Teoria da argumentação jurídica. Teoria do discurso. Jurisprudência dos valores. Ponderação. Ativismo. Neoconstitucionalismo.
- Recepções no Direito Brasileiro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Jurisdição e ação. Conceito, natureza e características. Condições da ação. Competência interna:

disposições gerais, modificação da competência e incompetência. Cooperação nacional. Cumprimento da sentença: disposições gerais; cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública; cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Ação rescisória.

PONTO 03

DIREITO PENAL MILITAR

Teoria do crime: ilicitude e causas excludentes. Culpabilidade e causas excludentes. Erro de proibição. Consumação e tentativa. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Imputabilidade penal. Concurso de agentes. Concurso de crimes. Crime continuado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Da organização do Estado. Da intervenção. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Das atribuições.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Servidores públicos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Jurisdição e competência. Competência do Juízo monocrático, do Conselho Permanente e do Conselho Especial de Justiça. Competência para os crimes dolosos contra a vida.

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA:
- Direito objetivo e Direito subjetivo.
- Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.
- Eficácia da lei no tempo. Conflitos de normas jurídicas no tempo e o Direito Brasileiro em seus ramos: Direito Penal, Civil e Constitucional.
- O conceito de Política. Política e Direito. Política e Ética.
- Escolas jurídicas e modelos teóricos do Direito.
- Acoplamento estrutural entre Política e Direito. Política judicial. Constituição simbólica.
- Interlocução entre Direito, Política e Democracia.
- Controle jurisdicional sobre políticas públicas.
- Direito e ideologias.
- Ativismo judicial. Jurisdicionalização da política e politização do Judiciário.
- Teoria da norma jurídica. Conceito. Planos de análise das normas. Ressignificação das normas no Pós-Positivismo.
- Teoria do ordenamento jurídico. A norma no ordenamento jurídico. Características. Classificações. Critérios quanto à unidade, coerência e completude. Relação entre os ordenamentos jurídicos.
- Fontes do Direito. Classificações. Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.
- Declaração Universal de Direitos do homem (ONU). Importância política e dimensões.
- Agenda 2030 e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Interlocução com o Direito e a Política.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sujeitos do processo: capacidade processual; deveres das partes e seus procuradores; responsabilidade das partes por dano processual; despesas, honorários advocatícios e multas; gratuidade de justiça; procuradores e sucessão das partes e procuradores. Do litisconsórcio, da intervenção de terceiros: disposições comuns; da assistência simples; da assistência litisconsorcial; da denunciação da lide; do chamamento ao processo. Juiz, Ministério Público e auxiliares da justiça. Sentença e coisa julgada: disposições gerais; elementos e efeitos da sentença; remessa necessária; coisa julgada. Liquidação de sentença.

PONTO 04

DIREITO PENAL MILITAR

Teoria geral das penas. Penas em espécie. Medidas de segurança e Lei no 10.216/01. Dosimetria e regime de cumprimento das penas. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Limites das penas. Execução penal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Judiciário. Estatuto da magistratura: direitos, garantias e deveres. Autonomia administrativa e financeira dos tribunais. Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais e juízes militares. Tribunais e juízes dos Estados. Das funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Prisão nos crimes propriamente militares. Liberdade provisória. Mensagem. Audiência de custódia. Medidas cautelares reais.

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA JURÍDICA:
- Sociologia como instrumento de compreensão da sociedade. Principais sociólogos e o Direito e teorias desenvolvidas.
- Relações sociais e relações jurídicas. Teóricos sobre o tema.
- Controle social e o Direito, classificações.
- Transformações sociais e o Direito.
- Estratificação social e Direito.
- Conflitos sociais e mecanismos de resolução. O Papel do Judiciário.
- Caminhos da Sociologia do Direito contemporâneo.
- Acesso à justiça e sistema de justiça multiportas. Sistemas de composição de litígios.
- Direito, comunicação social e opinião pública. O Direito na mídia. Comunicação social do Poder Judiciário.
- Relações humanas estabelecidas por meio da internet e sua relevância para o Direito. Marco civil da Internet. Proteção de dados pessoais. Crimes cibernéticos. Regulamentação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Forma, tempo, lugar e comunicação atos processuais. Prazos. Comunicação dos atos processuais: disposições gerais; citação; cartas; intimações. Valor da causa. Providências preliminares e saneamento: não incidência dos efeitos da revelia; fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Alegações do réu. Julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo; julgamento antecipado do mérito; julgamento antecipado parcial do mérito; saneamento e organização do processo.

PONTO 05

DIREITO PENAL MILITAR

Efeitos da condenação. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Reabilitação. Perda de posto e patente. Perda de graduação. Ação penal. Extinção da punibilidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Defesa do Estado e das instituições democráticas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Controle da Administração Pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Recursos em geral. Remédios autônomos. Habeas corpus. Revisão criminal. Mandado de segurança criminal. Reclamação. Correição parcial.

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

PRAGMATISMO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO:
- Função social e pragmatismo. Teoria e aspectos principais. Conceitos epistemológicos fundamentais. Consequencialismo e utilitarismo.
- Análise econômica do Direito. Aspectos introdutórios. Premissas metodológicas sobre o tema da AED. Análise econômica do processo.

- Críticas ao pragmatismo e à análise econômica do Direito.
- Economia comportamental, heurística e vieses cognitivos. Características, classificação. Fatores endógenos e exógenos de influência no processo de tomada de decisões. Modelo jurídico multifatorial. Enunciados probabilísticos.
- Governança corporativa e *compliance* no Brasil. Conceituação. Teorias e modelos. O papel da Lei Anticorrupção (Lei no 12.846/2013). Denunciantes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Nulidades. Formalismo e instrumentalidade das formas. Convalidação do ato processual. Preclusão. Formação, suspensão e extinção do processo. Audiência de instrução e julgamento. Recursos. Disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; embargos de declaração. Agravo interno. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Recurso ordinário. Recurso extraordinário e recurso especial. Recursos repetitivos. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.

PONTO 06

DIREITO PENAL MILITAR

Crimes propriamente militares previstos na Parte Especial do Código Penal Militar. Crimes impropriamente militares previstos na Parte Especial do Código Penal Militar. Crimes impropriamente militares previstos no Código Penal brasileiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ordem social: seguridade social, saúde, previdência social e assistência social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade Civil do Estado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Disposições processuais penais contidas na legislação especial: drogas (Lei no 11.343/2006); interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996); juizados especiais (Lei nº 9.099/1995).

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO:
- Do Direito da antidiscriminação: conceitos. Modalidades de discriminação. Direito das minorias. Preconceito e discriminação.
- Discriminação social na Filosofia Política.
- Racismo estrutural. Características. Formas de exteriorização.
- Ações afirmativas.
- Normas nacionais e internacionais antidiscriminação. Direito das mulheres. Direitos contra discriminação e igualdade racial. Direitos de orientação sexual. Direito dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- Cenário nacional e internacional de enfrentamento sobre o tema.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Procedimento comum: petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Contestação, reconvenção e revelia. Ordem dos processos e processos de competência originária dos tribunais. Disposições gerais. Sistema de precedentes. Incidente de arguição de constitucionalidade. Incidente de assunção de competência. Conflito de competência. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação.